

Os sujeitos da memória:
autores e autoridades ¹

Bruno Flávio Lontra Fagundes
Doutorando em História UFMG - Bolsista FAPEMIG
bfff@uai.com.br

Não haverá atualmente uma importante linha de partilha entre os que crêem poder ainda pensar as rupturas de hoje na tradição histórico-transcendental do século XIX e os que se esforçam por se libertar definitivamente dessa tradição?

Michel Foucault

Resumo

Este artigo analisa o contexto de criação e aborda a natureza da escrita das memórias das *Efemérides Mineiras*, livro emblemático do final do século XIX brasileiro, sublinhando seus aspectos textuais construtivos e sua feição enciclopédica e as relações de poder estabelecidas através dele. Mais ainda, este artigo procura, especialmente, apontar os componentes das relações de autoridade estabelecidas entre o autor das *Efemérides Mineiras* acima de tudo um compilador e seus correspondentes, identificando os processos de construção da memória histórica e alguns elementos fundamentais da história da construção de uma leitura republicana do passado de Minas Gerais em fins do século XIX.

Palavras-chave

Arquivos memoriais, relações de autoridade, conhecimento histórico

Abstract

This article analyses the context of creation and approaches the nature of the writing of memories into an emblematic book from the Brazilian's 19th century latest years: *Efemérides Mineiras*, by José Pedro Xavier da Veiga. It analyses the *Efemérides Mineiras* highlighting its constructive textual aspects, its encyclopedic features and the relations of power through established it. Furthermore, it intends especially to point out the relationships of authority between Xavier da Veiga, the author of the book *Efemérides Mineiras*, above all an organizer of the book, and his correspondents, identifying the processes of historical memory construction and some fundamental elements of a republican interpretation of the past of Minas Gerais in the late 1900 s.

Keywords

Memorial archives, relationships of authority, historical knowledge

As *Efemérides Mineiras*, publicadas pela Imprensa Oficial em Ouro Preto em 1898, são, ainda hoje, a maior tentativa de se escrever uma história completa de Minas.² Compõem, com outras iniciativas institucionais no fim do século XIX, verdadeira empreitada pela preservação da memória mineira, o que incluía ainda a criação de uma biblioteca, um museu, um arquivo – o *Arquivo Público Mineiro*, de 1895 – e a publicação de uma revista periódica, a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, cujo primeiro número é de 1896. Grande catálogo sistemático da acumulação de documentos recolhidos ao arquivo então recém-criado, as *Efemérides Mineiras* são valorizadas pela historiografia acadêmica muito mais como um livro de datas e/ou factual. Simultâneo de um grande esforço de organização e recolhimento de papéis, livro de datas em forma de calendário, grande compilação de documentos colecionados ao longo do século XIX e expedidos ao arquivo público por colecionadores do interior do estado e de outras partes do Brasil, o livro de Xavier da Veiga não tem precedentes na história da escrita da história mineira. As *Efemérides Mineiras* são contemporâneas de outros livros de efemérides.³

O livro de Xavier da Veiga é um registro expressivo de uma forma de escrita da História ao mesmo tempo próxima do memorialismo documental do século XIX e da História entendida como escrita muito próxima da escrita de Literatura. Por uma análise que aproxima teorias históricas e literárias, este artigo identifica elementos que fazem das *Efemérides Mineiras* um livro concebido como certeza de se dizer a verdade sobre o passado histórico provada pelos documentos de arquivo, e livro em cuja construção textual há elementos da invenção e da imaginação, coisas normalmente associadas a textos de natureza ficcional. O artigo procura, especialmente, apontar os componentes das relações de autori-

dade estabelecidas entre o autor do livro muito mais um compilador e seus correspondentes, identificando os processos de construção da memória histórica e alguns elementos fundamentais da história da construção de uma leitura republicana do passado mineiro em fins do século XIX.

A figura dos correspondentes do *Arquivo Público Mineiro*, criada com a lei 126 de 1895, enseja uma percepção nova: a de que a instituição de um lugar da memória altera o auto-atributo com que homens do interior de Minas denominavam a si próprios, conferindo-lhes um novo estatuto. Ajuntadores, na maioria já de longa data, de documentos sobre Minas Gerais, eles passam a ser colecionadores na letra da lei, colaboradores à medida que o *Arquivo Público Mineiro* que os institui é o acolhimento digno a que fazem jus documentos a ele remetidos, tornados documentos de tamanha relevância sobre a história mineira em função da autoridade que lhes confere a nova instituição.

Dentre tantas correspondências remetidas a José Pedro Xavier da Veiga, em 25 de outubro de 1896, da Cidade do Serro, Luiz Antônio Pinto expõe tal mudança de percepção, valorizando seus papéis colecionados e fazendo o elogio do *Arquivo Público Mineiro*:

O estado lastimoso em que tenho visto saírem das malas do correio alguns livros, encomendas e maços de jornais me faz tremer pela sorte de meus queridos e adorados alfarrábios. Sentindo, como já disse, que a hora suprema se apropinqua, não quero deixar ao desamparo os meus mofinos enfeitadinhos, e por essa razão procurei solícito o benigno acolhimento desse generoso asilo, onde, sei, receberão benéficas carícias, mas se tiverem a sorte dos que daí vêm, que será dos coitadinhos? Preciosas notas e documentos acerca de José Elloy Ottoni, Theófilo Ottoni, Gomes Carneiro e tantos outros, se estragarem nas malas, será para o arquivo perda sensível. As minhas melhores velharias ainda aqui estão e irão indo aos poucos e bem rebuçadas, mas mesmo assim deixando-me, além de saudades, muitos cuidados. Hoje deixo de mandar folhetos, jornais e autógrafos por causa do tempo, que está terrível. Vão cópias, porque, se estas estragarem, outras poderão ser extraídas.⁴

Michel Foucault discorre sobre a instituição das *lettres de cachet* tornadas vigentes em França a partir de um momento que podemos situar em finais do século XVII, e reitera a capacidade com que práticas instituídas alteram a percepção que os homens têm de si mesmos e de outros.⁵ Analisando aqueles documentos, que eram emitidos em nome do rei nem sempre por ele ou por sua iniciativa, na maioria das vezes e que sujeitavam a medidas de segurança, tais como prisão ou internamento, indivíduos cujos comportamentos eram, no discurso daqueles documentos, tipificados de indesejáveis, Foucault está discorrendo sobre a instituição de um estatuto de valor conferido a uma enorme massa documental produzida pela prática punitiva que era a iniciativa das *lettres de cachet*. A valorização da prática escritural altera a percepção que temos, hoje, daqueles homens distantes, devassados e escritos naqueles documentos inquisitoriais, onde, segundo Foucault, adotaram, perante nós, que os divisamos de tão longe, o rosto da infâmia.

A criação do *Arquivo Público Mineiro*, a escritura das *Efemérides Mineiras* e todas as demais iniciativas da grande empreitada pela memória de Minas do final do século XIX desencadeiam a instituição de sujeitos da História aos correspondentes. Pouco a pouco, eles vão dando as caras na cena histórica que significa as atividades ligadas àquela empreitada, à medida que percebem seus escritos como algo digno de vir ao mundo. Os correspondentes do futuro arquivo já existem há muito tempo espalhados por todo o Estado mineiro, colecionadores e compiladores de registros diversos sobre a história de Minas, faltando-lhes apenas que a operação de instituição da obra memorialística os estatua como autores dela.

É ainda Michel Foucault quem esclarece o mecanismo institucional que envolve o surgimento da função autor na sociedade ocidental em princípios do século XIX, esvaziando da autoria um caráter espontaneísta presente numa suposta essência mesma do eu e dos textos, reenviando o conceito de autor para um sistema de autoridade jurídico-institucional:

Provavelmente, a análise poderia ainda reconhecer outros traços característicos da função autor (...) Resumilo-los-ei assim: a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional

que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários eus em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. [Michel Foucault, [s.d.]:56-57].

A instituição das iniciativas do grande empreendimento de memória do final do século XIX mineiro, pelo qual Xavier da Veiga responde como figura eminente, cria a operação de conferência de autoridade que falta a estes rudes e toscos sujeitos – são mais ou menos estes os termos com que se auto-qualificam – que latejam no interior de Minas Gerais. A autoridade que lhes é conferida os torna Sujeitos da História. Em carta de 23 de setembro de 1896, Luiz Antônio Pinto revela o tempo em que está envolvido neste caminho rumo a um lugar de autoridade:

Perto de trinta anos tenho já empregados no estudo dos velhos e preciosos arquivos desta cidade, e vejo agora que perdi todo o meu tempo, pois faltam-me as necessárias habilitações para escrever – sob qualquer forma – o que aprendi e aproveitar as milhares de notas colhidas. Talvez mais de três resmas de papel estejam escritas, mas ninguém, senão eu, as entenderá.

Quase nada escapa ao impulso de todos estes sujeitos que são convocados a colaborar com a empresa memorialística posta em ação. Ao *Arquivo Público Mineiro* são remetidas monografias corográficas, coleção de folhinhas de algibeira, jornais e periódicos – antigos e recentes – velhos autógrafos, livros, memórias e folhetos diversos, teses de doutorandos, desenhos, composições musicais, peças de museu, autos de embargo, retratos etc. Nas diversas correspondências remetidas ao diretor do arquivo, pode-se aquilatar a importância que adquirem estes colecionadores, a percepção que têm de si mesmos e do valor da memória, os esforços em que estão empenhados, o modo como participam da empresa memorialística em curso e os tipos de documentos que remetem ao arquivo.

Do município de Pomba, Pedro José de [...] solicita uma – diária módica –, a título de – gratificação ao secretário – que escreve suas notas históricas, dado que sua mulher está doente e ele tem complicações nervosas que o impedem de escrever; Artur Campos, de Entre-Rios, remete – jornais velhos e uma pedra, que acredito ser gnaïsse –; Júlio Engracia, de Itabira do Mato Dentro, envia – a primeira pastoral de D. Viçoso –, dizendo ser – peça que com sacrifício tirei da minha estante –, e confessa, quase como uma súplica a Xavier da Veiga, que, se entender que anda – muito cheio – das coisas que ao arquivo envia, faça o favor de devolvê-lo a pastoral, porque – mais dificilmente separo-me desse alfarrábio do que o avarento do cofre –.

Da Cidade do Serro, Luiz Antônio Pinto diz que está – desbastando – o seu arquivo para pôr ordem nas remessas que fará e cita Joubert para qualificar o seu próprio empenho: – quando apanho conchas e dentro delas encontro pérolas, extraio as pérolas e deito fora as conchas –; Antônio Borges Sampaio, de Uberaba, é lacônico, quando coloca no correio – três pacotes de jornais velhos diversos –: – se em os ditos jornais não encontrar algum que utilize, manda queimar todos –.

Ainda Antônio Borges Sampaio tece considerações sobre a cinta que se emprega – no envoltório dos folhetos – que vão ao arquivo e a considera – muito boa –, com a ressalva de que – conviria empregar-se barbante mais grosso; o fio que se há empregado com os choques das malas, cortam alguma coisa as folhas da impressão mais em contato –; e, em outra carta, refere-se a um artigo seu publicado na revista do arquivo, solicitando a Xavier da Veiga – que mande tirar 1.000 exemplares avulsos, da mesma composição tipográfica com que foi impressa na Revista –, ressaltando que pode – dispensar a capa de papel de cores –, pois lhe – facilitará a brevidade da impressão e brochamento –, pois assim será mais econômico, já que não se considera – abastado para apresentar luxo –.

Luiz Antônio Pinto salienta a pessoa de Cristina Amélia de Queiroga junto a Xavier da Veiga como alguém que pode contar desde já no – número dos melhores auxiliares – do *Arquivo Público Mineiro*, haja vista a – prontidão e boa vontade – com que o franqueou o – arquivo dos Queiroga –, de onde Luiz

Pinto espera arrancar muita coisa sublime das afiadas serrinhas das traças ; e José Cândido da Costa Sena, do município da Conceição, aproveita a ocasião para corrigir um pequeno erro da Revista, que, em seu último número, assinalara o nome errado de um certo padre local.

A atuação dedicada dos correspondentes-colaboradores vai, pouco a pouco, sedimentando a relação de dupla autoridade que se estabelece entre eles e José Pedro Xavier da Veiga. Na esteira dos documentos que vão ao arquivo e dos quais Veiga em abundância se utiliza para escrever as *Efemérides Mineiras*, os colaboradores adquirem o estatuto de autores, estatuto que os autoriza a opinar, aconselhar e interferir na grande obra em que se constitui a empreitada pela memória. Ao contrário da maneira como se auto-qualificam se são toscos, rudes, humildes e elaboradores de pobres trabalhos sabem que suas memórias e anotações, seus esforços para levar ao arquivo papéis imprestáveis estão calçados na autoridade que o nome de Xavier da Veiga e o grande empreendimento lhes confere.

Os colaboradores do arquivo são também redatores das *Efemérides Mineiras*, mas é apenas José Pedro quem assina a obra. É bem verdade que na capa do livro não há indicação de autoria e na folha de rosto do livro, em letras amiudadas, está escrito que as efemérides são coligidas, coordenadas e redigidas por Xavier da Veiga, de tal maneira que o leitor-consumidor do livro não perca de vista o tamanho e a altura que o livro adquire sendo assinado pelo autor, cujo nome está escrito em letras de tamanho maior.

É que José Pedro Xavier da Veiga, na relação que estabelece com seus colaboradores, é menos o autor das *Efemérides Mineiras* e mais um grande compilador delas. Por ele, passam as notas, as memórias e os documentos remetidos ao *Arquivo Público Mineiro*, de onde ele extrai fragmentos, ora reescrevendo-os, ora colando-os, mas sempre com base em escritos que não são apenas resultados dos seus dezoito anos de perseverante esforço e dedicação, mas também do empenho de anos de outros tantos que se tornam seus colaboradores, uns mais, outros menos assíduos.

A operação que faz de José Pedro Xavier da Veiga Sujeito da História com a estreita cooperação de todos estes outros sujeitos que com ele colaboram está eivada de situações que remetem a uma relação hierarquizada de autoridade, que, não seja por isso, não significa uma relação de exclusão, mas de exclusividade. Xavier da Veiga sabe que não pode prescindir dos seus colaboradores, mas também não quer que estes venham a ofuscá-lo.

Os colaboradores, por sua vez, sabem que a exclusividade de autoria de Xavier da Veiga representa a possibilidade maior de circulação do livro, e com ele, a circulação de suas próprias memórias. Os sujeitos da História das *Efemérides Mineiras* são muitos, mas para que o sejam é necessário que o produto da memória circule socialmente, para o quê deve estar autorizado por Veiga, quem confere ao livro a autoridade advinda da responsabilidade da empreitada que administra, do cargo que ocupa de diretor do *Arquivo Público Mineiro*, do nome de família que traz impresso no nome e do passado político reconhecido. O registro que Xavier da Veiga faz de si mesmo e de seus colaboradores nas *Efemérides Mineiras* problematiza, em termos de relação de hierarquia de sujeitos, o conceito de Sujeito da História que o livro realça. Em incontáveis passagens, homens estão qualificados com palavras que lustram e douram, como uma espécie de verniz moral, seu caráter e conduta.

Assim é na efem. 9 de fevereiro de 1894, quando o general Gomes Carneiro é consagrado por seus feitos e a quem os homens vão erguer-lhe brônzeos monumentos ; na efem. 23 de fevereiro de 1897, que recorta do hebdomadário *Procellaria* [sic] o registro do falecimento, em Carmo do Rio Verde, do capitão Luiz José Monteiro de Noronha:

Caráter franco, maneiras lhanas, polidas, afáveis, emolduradas por conhecimentos variados, atraía a simpatia e consideração de todos aqueles que uma vez gozassem da sua convivência amena, para agradabilidade da qual concorriam os seus ditos chistosos e os seus criteriosos conceitos. Além destes dotes ornamentais, era amador apaixonado da pintura e da escultura.

Na efem. 31 de fevereiro de 1883, quando da notícia do falecimento de Teófilo Ottoni: Registrando a triste nova do seu passamento, prestamos na *Província de Minas*, então órgão antagônico ao partido de que Teófilo Ottoni era ornamento, o testemunho de nosso apreço ; ou na efem. 5 de março de 1896, em que está biografado, em memória, o coronel José Felizardo Francfort de Abreu Bicalho, de

Itacambira, município de Grão Mogol:

Finou-se com cerca de 70 anos, e deixou no extenso círculo de suas relações a recordação honrosa de suas excelentes qualidades de coração, da sua probidade por todos reconhecida e dos sentimentos de civismo que esmaltavam-lhe o caráter.

Homem-ornamento, caráter esmaltado, exemplo de homens notáveis de Minas Gerais, Xavier da Veiga seria um nome certo para constar nas páginas do seu próprio livro de maneira mais recorrente. Mas não é o que acontece.

Designado para escrever as *Efemérides Mineiras* e para primeiro diretor do *Arquivo Público Mineiro*, José Pedro evita postar-se ao lado destes fatos da história de Minas dignos de menção se cotejados com os fatos arrolados em seu próprio livro. O pai, os primos, irmãos e tios notáveis merecem apontamentos biográficos dentre os quais Xavier da Veiga se furta de arrolar a si próprio. Em algumas efemérides, Veiga se registra. Naquelas em que o faz como as efem. 25 de janeiro de 1891, 15 de junho de 1891 e 24 de maio de 1896 José Pedro escreve efemérides, digamos, burocráticas e governamentais. As duas primeiras dizem respeito à listagem dos congressistas eleitos e que então promulgam a Constituição Mineira de 1891, congressistas de que Veiga faz parte enquanto a terceira informa da eleição de um novo senador do Estado em função da vaga aberta pela nomeação de José Pedro Xavier da Veiga para diretor do Arquivo Público Mineiro.

Já o registro dos fatos ligados à criação do arquivo, constante de três efemérides que assinalam a lei de criação e a de seu regulamento e a sua instalação respectivamente as efem. 11 de julho de 1895, 19 de setembro de 1895 e 04 de maio de 1896 é feito por José Pedro sem que ele faça qualquer alusão ao seu próprio longo e aturado labor para usar das palavras com as quais refere a si próprio no Prefácio das *Efemérides Mineiras* para a concretização da iniciativa, labor em que até mesmo o porão de sua casa foi cedido como o cômodo que terminou por abrigar, durante cinco anos, a nova repartição.⁶

Mas há, porém, uma efeméride na qual Xavier da Veiga não se furta de se registrar e de posar ao lado: aquela ligada ao fato da construção, em Ouro Preto, de um monumento à memória de Tiradentes, novo monumento em substituição a um antigo que havia, então julgado não digno da grandeza do herói-mártir da Inconfidência Mineira. O relato do acontecimento político-legislativo encontra-se na efem. 21 de abril de 1894, quando então o monumento foi inaugurado. José Pedro não mede esforços para assinalar-se como autor deste célebre empreendimento, que salda dívida de honra dos mineiros e realça o mais glorioso dos seus antepassados. José Pedro se coloca, com esta efeméride, ao lado daquele que é o mais glorioso dos antepassados mineiros:

Em 1879, reconhecendo a Assembléia Provincial a mesquinhez da coluna erguida em 1867 para comemorar o maior acontecimento da história de Minas, sob proposta do então deputado José Pedro Xavier da Veiga, consignou na lei do orçamento verba para erigir-se, com aquele fim e no mesmo local, condigno padrão de mármore e granito. Mas, ficou sem execução a lei nesta parte. Em 1891, e ainda por iniciativa do mesmo cidadão, como senador estadual, o Congresso Mineiro votou a lei n.3, de 25 de setembro, determinando a ereção ao monumento a Tiradentes, para isso autorizando a despesa de 200:000\$, que foi efetivamente a importância pela qual o governo do Estado contratou a obra com o estatuário Virgílio Cestari. Tal a origem legal do monumento, nesta data inaugurado e que solve dívida de honra dos mineiros para com o mais glorioso de seus antepassados

O Prefácio das *Efemérides Mineiras* mesmo é como um panteão em que José Pedro se instala como um busto à frente do livro-monumento, a fim de que, na disposição editorial da obra, o autor-busto possa prescindir de se assinalar no transcorrer do livro, naquilo que vem depois e atrás de si. O Prefácio das *Efemérides Mineiras* equivale a um monumento, espécie de metáfora de Sujeito da História, que é como estes bustos que vemos erigidos em praças públicas de generais, estadistas e qualquer personalidade célebre a que se atribui a função de construtor de alguma grande obra.

E se os sujeitos da História nas *Efemérides Mineiras* são muitos, Xavier da Veiga é também o mais sujeito que os demais. No seu livro, o registro dos colaboradores é feito nas páginas internas, quando José Pedro ressalta que as informações de que está tratando lhe foram entregues por este ou aquele colaborador. Se temos em vista que colaboradores como Luiz Antônio Pinto, Antônio Borges Sampaio, o padre Júlio Engracia, Pedro Sanches Lemos, José Cândido da Costa Sena, Teófilo Sá Brandão, Pedro Bambirra e outros, tão empenhados na causa do arquivo público, não merecem fazer parte dos apontamentos biográficos das *Efemérides Mineiras* porque ainda são vivos, nada impedia que Veiga os realçasse. Que os pusesse em algum lugar do Indicador Alfabético que os *esmaltasse* ou os *ornamentasse* como homens vivos já então sujeitos de uma empreitada pela memória, a cujas iniciativas estiveram intimamente ligados e às quais conferiam, também, sua autoria e autoridade.

Há também, nas *Efemérides Mineiras*, os casos de longevidade, cuja análise realça outro aspecto de suma importância na caracterização da relação de autoria-autoridade entre os sujeitos da História. O Indicador Alfabético das *Efemérides Mineiras* registra, sob o nome de casos notáveis de longevidade, cerca de cinquenta pessoas robustas que ainda vivem ou falecem com mais de 100 anos de idade, no gozo pleno de suas faculdades intelectuais e são de corpo e espírito.

Dentre tantos casos, houve a mulher Brites Corrêa, que aos 102 anos ia ouvir missa todos os dias, voltava e cuidava de casa, como qualquer outra de trinta anos; Isidora Carlota de Moura, que, com 18 filhos e 124 anos, cosia, fiava e tecia sem o uso de óculos; e Hermenegildo do Espírito Santo que, em Mariana, aos 51 anos de idade, tinha o singelo apelido de querido bebê, pois era neto de Delfina Teixeira da Costa, que inaugurara uma família com casos corriqueiros e já famosos de longevidade e que falecera aos 127 anos. A efem. 18 de abril de 1879 assinala o recordista de que dá notícia o livro de Xavier da Veiga: o mineiro Ignácio Soares da Rosa, falecido aos 145 anos de idade, na então província do Rio Grande do Sul.

A relação que estabelecem Xavier da Veiga e seus colaboradores, vista através da leitura das cartas trocadas entre eles, e a observação da importância que adquirem os casos de longevidade no livro destacam outro elemento crucial que autoriza as *Efemérides Mineiras*: a autoridade do velho e da velhice. E demonstra, em especial, a pintura que os sujeitos fazem do tempo em que vivem.

Os casos notáveis de longevidade, tão assinalados nas *Efemérides Mineiras*, não registram apenas uma mera curiosidade. Eles apontam e sintetizam um dado da condição humana que atravessa o livro de Xavier da Veiga e do qual os casos de longevidade são expressão: a velhice e a condição de narradores de histórias que têm os velhos. Os sujeitos, que vivem ou morrem longevos, não apenas levam a vida de um corpo ainda são, mas também fazem relatos usando de suas faculdades intelectuais.

É o caso de João Ferreira Duarte, registrado na efem. 8 de março de 1844 que, sendo maior de 100 anos, relata com exatidão muitos acontecimentos que tiveram lugar na Bahia e nestas Minas; e ainda cultiva o seu quintal; ou o de Joaquim Bragança, que falece aos 135 anos, registrado na efem. 11 de julho de 1897: Estava no gozo perfeito de suas faculdades mentais e narrava com precisão fatos passados há mais de cem anos. Era um volume de História em carne e osso!.

Em *O Narrador*,⁷ escrito em 1936, Walter Benjamin discorre sobre o ato de narrar e contar histórias, indicando-nos que a transmissão de experiências comunicáveis que se dá através daquele ato está em baixa, em função de uma mudança na organização sócio-coletiva dos homens. A imprensa, veículo de comunicação que se consolida em definitivo com a ascensão das burguesias urbanas que fizeram as revoluções industriais nos séculos XVIII e XIX, desorganiza o mundo do trabalho artesanal, retirando das histórias o seu caráter miraculoso, o caráter daquilo que não é sabido, daquilo sobre o qual apenas se cogita e especula. Já a informação é o novo meio de comunicação entre os homens que retira da *verificabilidade* o contraponto das histórias o seu modo de existir.

O saber, que vinha de longe do longe espacial das terras estranhas ou do longe temporal contido na tradição dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível em si e para si. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto os relatos recorriam freqüentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. Nisso, ela é incompatível com o espírito da

narrativa. Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio. [Walter Benjamin, 1985:202-203].

O mundo do trabalho artesanal, lugar de homens migrantes e sedentários, é a garantia do longe temporal e espacial que garante o aspecto miraculoso de que se revestem as histórias, cuja principal característica é eximir completamente o ouvinte do contexto psicológico dos acontecimentos narrados. Se não sabemos mais contar histórias é porque nada mais nos surpreende e somos uma espécie de *senhores de tudo*:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. [Walter Benjamin, 1985:203].

Para Benjamin, as narrativas são uma forma artesanal de comunicação que é própria de um mundo do trabalho também artesanal. As narrativas têm curso numa situação em que os homens ainda são proprietários das mãos com que fazem seu próprio trabalho e dos gestos que fazem enquanto manipulam o produto que fabrica. Se esta prática se esvazia, esvaziam-se as histórias:

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto e o lugar que ela ocupava durante a narração agora está vazio. (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito). [Walter Benjamin, 1985:220-221].

Se as narrativas existem num espaço de artesãos é porque, controlando seu próprio trabalho, os homens acumulam experiências transmissíveis que são reforçadas e perpetuadas pelo controle que têm sobre seus atos e hábitos produtivos. Num outro mundo, em que o trabalho deixa de ser controlado por aqueles que produzem e as formas de produzir se modificam, não há experiência que perdure, não há memória que se transmita, porque a vida está sempre gestando novas vidas. Então, o narrador e o ouvinte desaparecem. Benjamin é comovente ao tratar deste desaparecimento:

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. (...) Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida há milênios em torno das mais antigas formas de trabalho manual. [Walter Benjamin, 1985:204-205].

Enquanto perdurou, a arte de narrar havia existido num reino em que as experiências transmitidas perpetuavam o legado da tradição oral e conferia àqueles que contavam as histórias a autoridade daqueles que sabiam dar conselhos. As narrativas eram um campo de dimensão utilitária em que aqueles que aconselhavam ensinavam uma norma de vida e consagravam a autoridade dos homens que fazi-

am da palavra narrada a matéria pela qual transmitiam a substância viva da existência incorporada nos conselhos .

A estes homens, portadores do dom de aconselhar, cabia o atributo que não pode viver sem as estórias: a sabedoria. Enquanto existiu, a sabedoria havia sido a marca daqueles que comunicavam as experiências no ato de narrar. E estes homens, acumuladores de um patrimônio cultural transmissível, retiravam da velhice, do tempo vivido, a autoridade mesma que garantia a supremacia de sua palavra narrada.

Parafraseando Brás Cubas, que dizia serem suas memórias as de um defunto autor e não as de um autor defunto, as *Efemérides Mineiras*, de José Pedro Xavier da Veiga, não é um livro cujos autores sejam, necessariamente, homens velhos, mas homens que revestem sua palavra do conteúdo de autoridade que o valor *velhice* imprime às coisas que são ditas e feitas.⁸ As iniciativas da empreitada pela memória são o artifício institucional que valoriza a condição do que é velho — homens, coisas e palavras — e nos remete à análise que Benjamin faz da velhice como portadora do patrimônio oral e cultural que se transmite através das narrativas. Luiz Antônio Pinto, em carta a Xavier da Veiga, da Cidade do Serro, em 1896, cita Gambeta [sic] a respeito de um certo Ruparc: O sr. Ruparc possui uma eloqüência que excede a todas as outras: a eloqüência dos homens que têm vivido.

As *Efemérides Mineiras* colocam um paradoxo, porém.

São expressões de iniciativas que realçam a condição do que é velho, valorizando-o, mas, ao alterar o modo com que as estórias se transmitem — transformando-as em História, em livro —, demonstram que a condição de velho só pode ser valorizada se se encerra num lugar em que a palavra falada deve, necessariamente, ceder lugar à palavra escrita: o livro e o arquivo. O padre Lucindo José de Sousa Coutinho, em carta enviada de Santa Bárbara a José Pedro, em 9 de junho de 1896, salienta este que será o lugar, por excelência, do velho a partir de então:

Como bem o sabeis, a luz não pode brilhar sem que primeiramente exista; ela começa a existir somente quando se lhe proporciona um combustível que alimente-a, um reservatório, salvo a expressão, onde ela se conserve. Ora, os nossos antepassados descuidaram-se de pôr os meios para alcançarem esse fim, por não terem se lembrado dessa gigantesca idéia, verdadeira glória dos seus inventores: a criação de um arquivo, verdadeiro fonógrafo do passado, legado às gerações vindouras. Verdadeiramente compenetrado da missão civilizadora dessa importantíssima instituição, envidarei todos os esforços para que ela se apresente em breu como luminoso farol, espancando, pelos raios do passado, as trevas do nosso tenebroso e insondável futuro.

Assim como nas assertivas que Benjamin faz em sua análise sobre o narrador, podemos dizer que, nas *Efemérides Mineiras*, a arte de narrar também está definindo. Porém: o livro de Veiga é este duplo que faz definir as narrativas, mas que registra esse processo de definição. Nele convivem palavra falada e escrita, mas é em torno desta última, e de sua circulação em folhas de papel, que o grande edifício da memória é construído.

As cartas dos correspondentes remetidas ao diretor do *Arquivo Público Mineiro* são verdadeiro tesouro. Nelas, o papel velho é nomeado com carinho e valor. São jornais velhos, mimo literário e histórico; são pérolas encontradas dentro de conchas, coitadinhos, mofinos enjeitadinhos, melhores velharias, amontoado sublime de livros. Papéis imprestáveis que, num toque, transformam-se em ouro quando trazidos para o arquivo, lugar supremo da memória. Nas cartas, o velho aparece ora na figura do homem decrépito de cuja palavra o arquivo não pode prescindir, ora na figura de homens que exprimem, de modo ambíguo, o orgulho da velhice que as iniciativas da empreitada pela memória põem em curso.

Assim com Pedro José de [?], que sofre de um tumor nervoso que o impossibilita de escrever; com Luiz Antônio Pinto, cujos achaques próprios da idade, ultimamente, têm se multiplicado de uma maneira assustadora e que, não obstante os limites de [suas] forças, não tem descurado da agradável tarefa que se impôs de auxiliar o *Arquivo Público Mineiro* e meter-se de corpo e alma no antiquíssimo

e célebre arquivo dos Queiroga ; assim com Antônio Borges Sampaio, que agradece a Xavier da Veiga e se sente honrado com a publicação, na revista do arquivo, de seu pobre trabalho sobre Uberaba em 1880 ; com Teófilo Sá Brandão, que afirma ter a satisfação de fazer chegar às mãos de Veiga uma tosca notícia da cidade de Mercês do Pomba; assim com o próprio Xavier da Veiga, cujas cartas que lhes chegam muitas trazem recomendações de restabelecimento pleno da saúde.

Nas cartas, ainda, a palavra do homem velho adquire um estatuto novo, que quase sempre recoloca a palavra no dilema seguinte: ou registrar-se em folhas de papel para serem lidas ou morrer. Este dilema coloca, definitiva e peremptoriamente, estes homens perante a realidade que até então era apenas uma possibilidade: a de que suas memórias não podem prescindir da palavra escrita que se dirige a outros homens que não mais os ouvem, mas os lêem. Pedro Sanches de Lemos, de Poços, em 5 de julho de 1896, escreve breve carta a Xavier da Veiga:

Meu caro amigo José Pedro

Remeto-lhe hoje, sob registro, a notícia sobre Poços de Caldas, ampliada e aumentada. Se me fora possível copiá-la, eu faria melhor. Infelizmente, falta-me tempo: eu trabalho como um desesperado! O meu amigo, com a sua extraordinária competência, corrigirá e emendará o que lhe parecer; aceito o seu alvitre. Minha letra é má, péssima até; o meu amigo corrigirá as [...] pela sua bondade. Estou agora trabalhando na monografia sobre Poços e estudando medicina, cirurgia e....ocultismo. Que pachorra, se é o meu único lenitivo estudar! Desculpe-me a liberdade. Se eu não me expandir com o sr., que é um homem superior, com quem hei eu de conversar? Pelo amor de Deus. Abraça o seu amigo certo. Pedro Sanches.

E Luiz Antônio Pinto, que reclamava faltar-lhe as necessárias habilitações para escrever : eu, sem modéstia o digo, sou um velho, quase assim, mas de que me serve tanto saber se não sei escrever e muito menos ainda falar? .

O dilema falar-escrever, ouvir-ler demonstra, ainda, a frágil fronteira que separa o passado do futuro. Os correspondentes sabem que o encerramento-morte de um tempo passado pode simbolizar a morte de si mesmos, obrigando-os a um esforço de adaptação que, nas cartas, sugerem preferir não fazer, enquanto escrevem memórias, relatos, crônicas etc. que mandam ao arquivo. São sujeitos de uma História que escrevem e legitimam, mas que insistem em falar dela como se estivessem fazendo o discurso à beira da própria cova.

José Joaquim do Carmo Gama remete, junto à correspondência, um escrito para Minas Gerais; autoriza o diretor do *Arquivo Público Mineiro* a publicá-lo, se julgar conveniente, porém indica o lugar adequado se o que escreveu não servir: o cesto dos papéis imprestáveis ; Patrício Custódio Pinto, de São José do Carrapicho, diz que tem três manuscritos antigos e acrescenta: Creio que nada adiantam, mas se precisar vão ; e Antônio Borges Sampaio não tem limites em dizer a Xavier da Veiga, se os papéis que o remete não tiverem utilidade, que os queime: se não forem precisos, me fará favor conduzi-los ao pátio e, por mim, gastar um fósforo para queimá-los . A fronteira frágil entre a existência e a não-existência, e que se separa por um simples pau de fósforo, é a representação do breve instante que separa a vida da morte.

Porém, os homens tentam, até o último instante, fazer valer a autoridade que advém da condição da velhice. Antônio Borges Sampaio se dirigia a José Pedro como O velho ou O velho sertanejo ; Luiz Antônio Pinto dizia: Velho, e já bem velho, presumo que pouco tempo poderá me restar de vida . As *Efemérides Mineiras* e as cartas dos correspondentes são a expressão deste esforço que soa como sendo um esforço último. Algumas cartas chegam a ser pungentes, misto de estratégia de sobrevivência e de resignação. Os correspondente-colaboradores do *Arquivo Público Mineiro* e autores também do livro de José Pedro não sabem que respondem a um imperativo da vida, a mudanças que podem ser observadas através das expressões ambíguas com que falam de si mesmos e do tempo em que vivem. O paradoxo que revelam nas suas manifestações e participações é aquele que traduz a encruzilhada que as *Efemérides Mineiras* ajudam a traçar e da qual são expressão: a que há entre o falar e o escrever. Encruzilhada na qual, em se tratando da condição da velhice, não há distinção entre Sujeito e sujeitos da

Bibliografia

- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.9-34, 1998.
- ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: *Machado de Assis. Obra Completa*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1986. 3 v.
- _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas: v.1). p.197-221.
- _____. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas: v.1). p.222-234.
- _____. *O que é um autor?*. 3ª ed. [s.l.]: Vega, [s.d.]. (Coleção Passagens). 161 p.
- LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p.293-310.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. 4v.

Notas

- 1 Esse artigo é, ampliado e revisado, o capítulo sexto de minha dissertação de mestrado intitulada As Efemérides Mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga: as estórias a favor da História, defendida junto ao Programa de Pós Graduação: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da UFMG, no ano de 2001, na linha de pesquisa Literatura, História e Memória Cultural e contou com o apoio da FAPEMIG
- .2 Trabalho aqui com a primeira edição do livro, a de 1898. Houve mais duas desde então. Em 1998, a Fundação João Pinheiro publicou uma nova edição, ainda ao ensejo das comemorações do Centenário de Belo Horizonte.
- 3 Foram consultados os seguintes títulos de efemérides históricas e náuticas: Explicação do Almanaque Náutico e Efemérides Astronômicas para o meridiano de Greenwich pelo capitão-tenente da armada nacional e imperial João Henriques de Carvalho e Mello. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1841 (este título era, anualmente, publicado em Londres, e foi traduzido pelo referido oficial militar); DINIZ, Mateus Valente do Couto. Efemérides náuticas para o ano de 1840, calculada de ordem de Sua Majestade para o meridiano do observatório astronômico da Marinha de Lisboa em tempo médio e publicadas pela Academia Real das Ciências. Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1838 (o referido autor era primeiro-tenente do Estado-Maior da Artilharia); DAMOISEAU DE MONFORT, Carlos Teodoro. Efemérides náuticas e astronômicas para 1808 calculadas por ordem de Sua Alteza o príncipe regente nosso senhor, no observatório real da Marinha pelo ajudante do mesmo observatório. Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1806. (o referido autor era capitão-tenente da Real Brigada da Marinha.); TEIXEIRA DE MELO, José Alexandre. Efemérides Nacionais. Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881; MACEDO, Joaquim Manuel de. Efemérides Históricas do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia de O Globo, 1877; GARCEZ PALHA, José E. Efemérides Navais ou Resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1891; Efemérides dos Fatos Notáveis da República da Centro América desde o ano de 1821, seguida de vários catálogos de presidentes da República, chefes de Estado etc. Guatemala, Imprensa de La Paz, 1844, s.a; GUZMAN, L. B. Efemérides de Colômbia Caracas, Imprensa Bolívar, 1883; Efemérides ou Fatos Chilenos, isto é, Livro em que estão assinalados por meses, dias e anos os mais notáveis acontecimentos da vida civil, política, religiosa, literária, científica etc, neste formoso país da América meridional chamado Chile composto por D.R.B. Valparaíso, Livraria do Mercúrio, 1861; AMBRUZZI, Lucilio, Efemérides relativas ao Mapa Histórico da República Oriental do Uruguai. Montevidéo, Imprensa Artística de Dornaleche e Reyes. 1898
- 4 As cartas de colaboradores trocadas com Xavier da Veiga e que serão citadas ao longo desse capítulo formam coleção de correspondência que está no Arquivo Público Mineiro, fundo arquivo do Arquivo, série José Pedro Xavier da Veiga.
- 5 FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3ª ed. s.l: Vega. s.d. Coleção Passagens. 161 p. As considerações a seguir sobre as lettres de cachet e sobre a função autor baseiam-se nesse livro.
- 6 O Arquivo Público Mineiro funcionou em Ouro Preto, no porão da casa de José Pedro, enquanto ele esteve vivo, apesar de a capital e as repartições públicas irem mudando para a nova capital desde 1895. Xavier da Veiga faleceu em 1900.
- 7 BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1). p.197-221. As considerações a seguir baseiam-se nesse texto.

Bruno Lontra Fagundes

8 A referência aqui é a Brás Cubas, personagem de Machado de Assis, que faz o relato de suas memórias póstumas de trás para frente, começando a contar sua vida da hora do enterro e não da de seu nascimento, e que dizia ser um defunto-autor e não um autor-defunto.